

Sobre a elegância do minueto, o manto das trevas: desvendando a atuação do Itamaraty no combate ao comunismo

Adrianna Cristina Lopes Setemy

“International History is a new field with old pedigree”(STEINER, Zara, p. 531, 1997)

Desde os mais antigos registros da produção do conhecimento histórico é possível verificar o interesse dos investigadores em compreender as atividades de Estado e de governo na esfera internacional, sobretudo nos momentos de guerra. Sob a denominação de história diplomática, pode-se dizer que este domínio ocupou lugar de prestígio no século XIX, quando a disciplina adquiriu status científico. Ranke, principal expoente do historicismo alemão, propunha uma história com 3 dimensões principais: o estudo dos acontecimentos internos das grandes potências européias, dos movimentos coletivos e forças resultantes da experiência institucional, religiosa e social, e das relações entre os Estados, dando ênfase ao confronto entre eles.

Entretanto, o início do século XX, marcado por convulsões e rupturas com o passado e o *establishment* em diferentes esferas, presenciou também, especialmente na França, os primeiros bombardeios contra a história política, encetados por um grupo de historiadores posteriormente denominado de “Escola dos *Annales*”¹, que defendia a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante em oposição a um fazer historiográfico tradicional de natureza episódica, linear e limitado aos grandes acontecimentos políticos, aos jogos de poder entre grandes personagens (homens ou países) e à pesquisa aos documentos “oficiais”. Os esforços destes “revolucionários” no sentido de derrubar o “Antigo Regime” da historiografia e se afirmarem enquanto “fundadores” de um “novo tempo”, acarretaram um processo de crescente caricaturização da história política, que passou então a ser arbitrariamente entendida como sinônimo de “história positivista”, até cair, finalmente, em profundo ostracismo e descrédito. A fim de rebater as acusações do grupo dos *Annales*, René Remond, auxiliado por 11 historiadores dedicados ao estudo de temas contemporâneos e

¹ A existência da Escola, cuja denominação enfatiza as características comuns aos seus representantes, foi negada por muitos de seus membros que, por outro lado, empenharam-se em realçar as diferentes contribuições individuais dos autores identificados com o grupo.

aglutinados em torno da *Fondation Nationale de Sciences Politiques* e da Universidade de Paris X – Nanterre, publicou em 1988 o livro *Por uma história política*,² que consistia em um inventário dos estudos de história política que estavam sendo realizados na França, a fim de chamar a atenção para as novas abordagens, objetos e problemas daquele domínio da história. Neste movimento de renovação da história política teve papel central a aproximação da disciplina histórica com outras disciplinas, principalmente com a ciência política. Foi a partir do uso de alguns de seus métodos, tais como a quantificação dos votos e a análise das tendências eleitorais, que o tema da participação na vida política passou a ocupar um espaço de destaque na produção historiográfica e resultou no desenvolvimento de estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública e mídia. Por outro lado, os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia, especialmente através de noções como “imaginário social” ou “cultura política”, promoveram uma associação entre a história política e o simbólico, o que resultou na proliferação de estudos históricos sobre a sociabilidade, a cultura política e o discurso.

Assim como aconteceu com a história política, a história diplomática ficou estigmatizada como história oficial das grandes nações, dos grandes homens e acontecimentos políticos. Mas à diferença da primeira, que entre altos e baixos conseguiu reafirmar-se no ambiente acadêmico nas duas últimas décadas, a história diplomática não conseguiu reabilitar-se sob este mesmo “rótulo” e assumiu, assim, uma nova designação: história das relações internacionais. Esta proposta teve origem na escola historiográfica francesa como um campo de pesquisa mais abrangente, que contemplaria as complexidades inerentes ao seu objeto de pesquisa, sobretudo, sem fazer apologia às ações dos homens de Estado e aos grandes acontecimentos políticos.³

Pode-se dizer que as relações internacionais enquanto campo de estudo é algo relativamente recente, que se constituiu imediatamente após a Primeira Guerra Mundial a partir da necessidade de compreender os fatores que engendraram a guerra e o que deveria ser feito dali por diante para preveni-la. Ainda em 1919, foi criado na

² RÉMOND, René (org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Du Seuil, 1988.

³ Para uma discussão acerca do surgimento e institucionalização da história das relações internacionais, a distinção entre esta nova disciplina e a tradicional história diplomática e a esfera de abrangência de cada uma delas, ver: STEINER, Zara. On Writing International History: chaps, maps and much more. *International Affairs*, v.73, n.3, p.531-546, 1997.

Universidade de Gales, na Inglaterra, o Departamento de Política Internacional, ficando esta data conhecida como o nascimento institucional da disciplina de relações internacionais. Em 1936, passou a lecionar neste departamento Edward Hallett Carr, considerado um dos “mitos fundadores” do novo campo de pesquisa, e cujo livro *Vinte anos de crise*,⁴ publicado em 1939, deu início ao debate teórico na disciplina. Mas foi, sobretudo, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial que este campo se desenvolveu e institucionalizou com grande velocidade. Em sua origem, esteve marcado pela aproximação com a história, o direito internacional e a ciência política, mas vem paulatinamente se diferenciando destas disciplinas e de suas metodologias de pesquisa e adquirindo traços próprios, ainda que continue intimamente relacionada a elas, podendo-se mesmo afirmar que tem como principal marca distintiva a interdisciplinariedade. Fazendo uso das palavras de Philippe Braillard: “Aujourd’hui, les relations internationales constituent un champ d’étude spécifique et autonome; eles n’en relèvent pas moins de disciplines nombreuses et diverses, en raison de leur nature complexe et multidimensionnelle”⁵

No que se refere mais especificamente ao domínio da história das relações internacionais, data da década de 1970 a sua institucionalização no mundo acadêmico, com a criação de departamentos, periódicos, associações de pesquisa e a realização de eventos dedicados ao estudo de assuntos internacionais a partir de uma abordagem histórica.⁶ Para Zara Steiner, entretanto, o verdadeiro marco de transição entre a história diplomática tradicional e a história das relações internacionais foi a publicação dos trabalhos do historiador francês Pierre Renouvin e a criação, em 1935, do Instituto

⁴ CARR, E. H. *The Twenty years crisis, 1919-1939: an introduction to the study of international relations*. London: Macmillan, 1939.

⁵ BRAILLARD, Philippe. *Les relations internationales*. 8 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2007, p. 6.

⁶ A partir de 1974, o *Institut d’Histoire des Relations Internationales Contemporaines* (IHRIC) e o *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales*, de Genebra, organizaram colóquios franco-suíços que ensejaram a publicação *Relations Internationales*, que dedicou dois números especiais à discussão da política externa, o n. 14, de dezembro de 1975, e o n. 37, da primavera de 1984. Na década de 1980 o comitê *Franco-Italien d’Études Historiques* também realizou importantes colóquios a respeito do tema, assim como a *École Française de Rome*, que realizou três seminários sobre Opinião Pública e Política Exterior, respectivamente em 1981, 1984 e 1985. A década de 1980 também presenciou importantes eventos dedicados ao estudo de assuntos internacionais, destacando-se os Seminários da *Fondation Nationale des Science Politique*, os do *Comitê d’Histoire de la Deuxième Guerre Mondiale* e do *Institut d’Histoire du Temps Présent*. Zara Steiner faz uma excelente síntese da história da disciplina no artigo já citado STEINER, Zara. *Op. cit*

Pierre Renouvin, na Sorbonne. Segundo a autora, a partir da elaboração do conceito de “Forças Profundas”, Renouvin não apenas revigorou o papel do Estado na História e a pesquisa nos arquivos diplomáticos, mas também trouxe a tona a história econômica e social, a história das idéias e das instituições como perspectivas de abordagem dos problemas relacionados ao ambiente internacional. Com Jean-Baptiste Duroselle, seu sucessor no Centro Pierre Renouvin, escreveu *Introdução à História das Relações Internacionais*,⁷ publicado em 1964. Duroselle, por sua vez, publicou *Todo império perecerá*,⁸ em 1981, obra dedicada à metodologia em estudos de relações internacionais, e foi substituído na direção do Instituto Renouvin por René Girault e Robert Frank. Na introdução a uma reedição do livro de Renouvin, *Histoire des Relations Internationales*, Girault explicitou que o autor promoveu uma revolução epistemológica de amplitude semelhante à dos Annales em um domínio particular da história, qual seja, o das relações entre os Estados ou entre os homens separados pelas fronteiras.⁹

No Brasil, o aparecimento e amadurecimento da disciplina é ainda mais recente, podendo-se dizer que foi apenas a partir dos anos 1980 que ela adquiriu um estatuto próprio, enquanto um campo de conhecimento voltado exclusivamente para o estudo da política externa e das relações exteriores do Brasil.¹⁰ Estudos de caráter analítico-

⁷ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: A. Colin, 1964.

⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. Une vision théorique des relations internationales. Paris: Publications de la Sorbonne, 1981.

⁹ GIRAULT, René. Présentation. In: RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Du Moyen Age à 1789. v.I. Paris: Hachette, 1994, p.II.

¹⁰ Segundo Paulo Roberto de Almeida, os anos 1980 assistiram a uma verdadeira explosão em termos de produção acadêmica e diplomática sobre os mais diversos temas de relações internacionais e de política externa, seja como resultado do crescente profissionalismo e especialização na Academia, seja em virtude da maior abertura da diplomacia profissional às trocas com o ambiente acadêmico, a interação entre estes dois grupos de estudiosos da política externa e relações exteriores do Brasil resultou em projetos concretos de cooperação, mesmo que a partir de perspectivas analíticas distintas. Além disso, a implementação da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), criada em 1971 mas que havia permanecido pouco operacional durante aquela década, através de um órgão subsidiário, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), impulsionou a realização de seminários, a contratação de estudos especializados independentes (sobretudo do CPDOC/FGV e do IUPERJ) e a publicação de trabalhos internos e externos à Casa de Rio Branco. Dentre os principais gêneros de trabalhos publicados pelo IPRI/Funag, destacaram-se: teses produzidas por diplomatas como requisito de conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, geralmente relacionadas a temas específicos ou sínteses de cunho histórico; depoimentos prestados a entidades como o CPDOC e publicação individual de memórias ou de coleções de trabalhos de ex-funcionários do Itamaraty e ministros das Relações Exteriores; cadernos especiais, compilando trabalhos de alunos do IRBr, estudos encomendados a especialistas dentro e fora da Casa de Rio Branco e textos apresentados em seminários promovidos pelo IPRI.

descritivo das peculiaridades e tendências da produção brasileira em história das relações internacionais,¹¹ demonstram a progressiva institucionalização e profissionalização deste campo de pesquisa. Entretanto, nota-se que apesar do crescimento qualitativo e quantitativo da produção acadêmica – e também diplomática – sobre os mais diversos temas de relações internacionais e de política externa brasileira, ainda existem lacunas e silêncios que precisam ser melhor explorados. Como exemplo, podemos mencionar a escassez de trabalhos que abordam a vertente propriamente institucional do Itamaraty, destacando-se isoladamente as pesquisas de Flávio Castro¹², Cheibub¹³ e Cristina Patriota.¹⁴ Ainda nesse sentido, pode-se dizer que é modesto o número de trabalhos dedicados a uma síntese da política exterior do Brasil, sendo possível identificar ao longo do tempo uma sucessão de comunidades dominantes neste gênero de produção, formadas ora por representantes da academia, ora por representantes da diplomacia, ora por ambos.

No início do século XX, emergiu da elite intelectual brasileira nomes como os de Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras, “historiadores diplomatas” que produziram grandiosas obras no campo da historiografia diplomática, que ilustram a “osmose” entre a atividade de pesquisa histórica, a reflexão intelectual e a atuação política de cada um deles no campo da diplomacia. Caracterizadas por uma narrativa superficial e linear dos fatos, suas obras são representativas da chamada história diplomática tradicional, uma tendência comum a época não só no Brasil mas em outras partes do mundo, que veiculava interpretações conduzidas de dentro das nações e limitadas quanto ao objeto, às fontes e à capacidade explicativa, comprometidas em reproduzir os argumentos defendidos pelas respectivas chancelarias.

¹¹ Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: Etapas da Produção Historiográfica Brasileira, 1927-1992. *Revista brasileira de Política Internacional*, n.1, p.11-36, 1993; ALMEIDA, Paulo Roberto; *O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia*. Brasília: L.G.E, 2006; SANTOS, Norma Breda dos. *Op. cit.*

¹² CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UnB, 1983.

¹³ CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1984; _____. *Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica*. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

¹⁴ MOURA, Cristina Patriota de. *O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira*. Um estudo de carreira e socialização, Rio de Janeiro, FGV, 2007.

A criação do Instituto Rio Branco, em 1945, estimulou os estudos diplomáticos e, por esse motivo, representou um avanço desse gênero historiográfico. A partir dos anos 1950 e 1960, o campo antes restrito aos intelectuais diplomatas passou a ser ocupado também por acadêmicos, com uma predominância de especialistas da área de ciência políticas, cujas produções de caráter mais analítico, crítico e prescritivo, geralmente balizadas por conceitos extraídos da ciência política e da sociologia, representaram uma verdadeira ruptura em relação a fase anterior, puramente historiográfica, de caráter apologético e oficialesco. Nesta fase, uma das problemáticas privilegiadas nos trabalhos acadêmicos foi a questão da autonomia ou da independência nacional, destacando-se os trabalhos de Hélio Viana, José Honório Rodrigues, Carlos Delgado de Carvalho, Celso Lafer e Hélio Jaguaribe.

Como mencionamos, os anos 1980 assistiram a uma verdadeira explosão de produções acadêmicas e diplomáticas sobre os mais diversos temas de relações internacionais e de política externa brasileira, bem como o “divórcio” entre estes dois grupos de intelectuais, conseqüência de uma maior profissionalização das relações internacionais enquanto campo de estudo acadêmico e pelo aperfeiçoamento de métodos modernos de análise, que resultou no surgimento de um maior número de projetos de cooperação entre o universo acadêmico e diplomático para a produção do conhecimento. Mais recentemente, a produção puramente acadêmica vem ganhando ritmo e importância crescente, sobretudo a área de história das relações internacionais, renovada a partir dos trabalhos de Gerson Moura, José Luis Werneck da Silva, Seitenfus, Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, tendo os dois últimos destacado-se pelo aprimoramento do gênero de síntese da política externa brasileira com a obra *História da política exterior do Brasil*. Publicada primeiramente em 1986 e depois em 1992, com reedições atualizadas em 2002 e 2006,¹⁵ a obra tem como objetivos principais consolidar o conhecimento já elaborado por obras anteriores sobre as relações internacionais do Brasil e a partir desta síntese oferecer uma nova interpretação histórica para o passado das relações internacionais, no extenso período que vai de 1822 até os nossos dias. Embora o Estado e a documentação diplomática ocupem um lugar privilegiado na elaboração da periodização e construção da narrativa, os autores levam

¹⁵ BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. *História da Política exterior do Brasil*. 3 ed. Brasília: UnB, 2006.

em conta também outros atores e forças que conduzem os rumos da política externa, o que nos permite caracterizar a obra como uma nova história diplomática.

Ainda que represente uma importante contribuição para a renovação da historiografia das relações internacionais ao considerar, para além do Estado, novos atores e forças atuantes no cenário internacional, a obra de Cervo e Bueno ainda está restrita a um esquema interpretativo que enfatiza a busca incessante do desenvolvimento econômico e o papel do Estado nesse processo através de seu dileto representante para assuntos internacionais, o Itamaraty. Percebe-se, portanto, que apesar dos avanços descritos, no Brasil a historiografia das relações internacionais continua enfatizando a colaboração do Ministério das Relações Exteriores e da diplomacia para a realização dos interesses da política econômica nacional, visando primordialmente o seu papel na inserção e no desenvolvimento econômico do país. Pode-se mesmo perceber essa ênfase da historiografia das relações internacionais em aspectos economicistas como resultado dos esforços da história política, da qual é herdeira, para reabilitar-se perante os historiadores num contexto historiográfico marcado pelo predomínio de uma história econômico-social, onde para se legitimar era necessário rebater as acusações que lhe vinham sendo imputadas pelos representantes dos *Annales*, preencher alguns requisitos propostos pela nova concepção de história trazida pelos “revolucionários” e também advogar abordagens e propostas pouco gratas aquele novo “paradigma”, como a valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história. Mas apesar da importante repercussão que estas novas abordagens, objetos e problemas tiveram em outros domínios da disciplina histórica, no Brasil ainda não penetraram de maneira significativa no campo da história das relações internacionais, onde a ênfase dos trabalhos ainda recai sobre as relações econômicas internacionais do Brasil e as conseqüências da atuação do Itamaraty no cenário internacional sobre a economia nacional.¹⁶

Para além das disputas de ordem econômica que culminaram com a hegemonia do capitalismo, o século XX foi pontuado por conflitos ideológicos de caráter transnacional, travados dentro dos Estados ou entre eles. Entretanto, em virtude das mencionadas limitações no campo de produção da historiografia das relações

¹⁶ SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 11-39.

internacionais, verifica-se ainda uma ausência de estudos dedicados a dimensão cognitiva da formulação da política externa brasileira, mais especificamente, que explique a atuação do Itamaraty diante daquele que se tornou o inimigo internacional comum aos países do ocidente, após outubro de 1917: o comunismo.

Ao longo do século XX o perigo comunista tornou-se uma espécie de espectro rondando a sociedade capitalista sem respeitar limites territoriais ou culturais, como havia definido Karl Marx ainda no século XIX. A ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia, a partir da Revolução de outubro de 1917, causou um impacto muito forte em todo o mundo: o entusiasmo e a esperança dos revolucionários, somados à crise da sociedade liberal que se seguiu ao fim da Primeira Guerra Mundial, provocaram considerável crescimento da influência dos ideais comunistas em diferentes partes do mundo. Daí em diante, especialmente no período compreendido entre a Revolução Russa e a crise do socialismo real na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se efetivamente muito mais que um “fantasma” e foi adquirindo um poder sem precedentes. Tendo sua força consubstanciada na expansão e pulverização de partidos e movimentos que cultivaram adeptos e entusiastas por todo o mundo, simultaneamente engendrou sua outra face ao causar medo e insegurança aos setores mais conservadores da sociedade, que atemorizados pela “ameaça” comunista apressaram-se em organizar e articular uma contra-ofensiva, o anticomunismo.

Os embates em torno da questão comunista ocuparam posição de destaque nas disputas político-ideológicas e nas relações internacionais entre as décadas de 1920 e 1980. O anticomunismo teve papel marcante na história do Brasil deste período e ganhava mais força à medida que se dava o processo de expansão do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922. Este fato lhe conferiu um aspecto de “perigo real” e gerou mais ânimo nos seus adversários que logo trataram de se organizar e se articular para contra-atacar as iniciativas de implantação dos ideais de Lênin no país. Dessa forma, o anticomunismo foi se configurando, a partir da Revolução de 1917 e no decorrer da década de 1920, numa espécie de tradição,¹⁷ ainda que nestes anos iniciais a ameaça e os riscos políticos de um projeto revolucionário, resultante da existência de vanguardas operárias organizadas e da ocorrência de eventuais surtos grevistas, ainda não fossem

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva. São Paulo: FAPESP, 2002.

associados de maneira predominante ao comunismo, mas sim ao anarquismo, que então tinha mais força e visibilidade política no Brasil. Entretanto, com o crescimento experimentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos anos 1930, este quadro começou a se alterar.¹⁸

A comoção tornou-se ainda maior em novembro de 1935 com a eclosão de levantes comunistas em Natal, Recife e no Rio de Janeiro, responsáveis pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. Apesar de ter sido um movimento frustrado, a “Intentona Comunista”¹⁹ consistiu em uma tentativa armada dos revolucionários de tomarem o poder, com indícios de que havia contado com a participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista (Komintern). A grande imprensa como um todo realçou a participação de estrangeiros na preparação do levante, taxou os revolucionários de agentes do Komintern a favor de uma conspiração internacional e, além disso, desempenhou um importante papel na disseminação do pânico entre diferentes setores da sociedade civil e instituições que não medraram em exercer forte pressão para que o governo não esmorecesse no combate aos “rebeldes”. Ainda que as revoltas tenham sido rapidamente debeladas, o “perigo comunista” passou a ser utilizado como justificativa para o governo intensificar e aprimorar mecanismos de repressão e de controle da sociedade.²⁰ Abrindo mão de suas prerrogativas, o Legislativo aprovou medidas que implicaram o fortalecimento do Executivo e que conduziram a um gradativo fechamento do regime. Assim, a escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo (1937-1945).²¹ A partir daí a motivação anticomunista transformou-se em um dos pilares de sustentação ideológica do Estado e fortaleceram-se as bases de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos e instituições que destacaram-se por seu esmerado zelo militante. Pode-se

¹⁸ Ver DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil. (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. Coleção Brasil – Século XX.

¹⁹ Esta designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo *intentona* significa “intento louco, plano insensato”.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, p. 59 e 126.

²¹ PANDOLFI, Dulce. Introdução. PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 09

dizer que durante o Estado Novo, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República.²²

Posteriormente, entre 1961 e 1964, o anticomunismo adquiriu um novo fôlego por razões tanto endógenas como exógenas. No plano internacional, o impacto da Revolução Cubana lançou o continente para o centro da Guerra Fria e estimulou tanto ação de comunistas como de anticomunistas. No plano interno, um movimento ascendente das organizações de esquerda marcado pela reestruturação do PCB após as crises e cisões decorrentes da desestalinização, pelo surgimento de novas organizações como a Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas e a Política Operária (POLOP), e pela adesão de novos contingentes sociais ao campo esquerdistas, tais como a igreja e os meios estudantis, convergiram com as mudanças processadas no quadro internacional e resultou na fagulha detonadora do golpe de 1964.

Portanto, concordamos com a tese de Rodrigo Patto de que o anticomunismo foi um dos principais argumentos, se não o principal, a justificar e provocar as duas intervenções autoritárias mais significativas e duradouras ocorridas no período republicano da história brasileira, originadas a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas que reuniram diversos elementos sociais, tais como empresários, políticos, militares, religiosos e grande imprensa, em torno do combate ao perigo vermelho.²³

Diante da importância que o fenômeno anticomunista assumiu no transcorrer do século XX, chama atenção a escassez de estudos acadêmicos devotados ao tema. Tanto no Brasil como no exterior a história e as ciências sociais demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda que seus adversários, deixando para segundo plano a compreensão do papel de indivíduos, grupos e instituições que agiram em defesa da ordem estabelecida. Estes, quando contemplados pela bibliografia, são tratados de forma esquemática e superficial, quando não maniqueísta. Percebe-se que o empenho em compreender e explicar o fenômeno anticomunista é frequentemente suplantado pela ânsia de denunciar, o que resulta em um modelo interpretativo simplista, que divide os agentes sociais e instituições em “bons” e “maus”, “colaboradores” e “resistentes”, pouco contribuindo para que se perceba a

²² Ver PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*

²³ Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*

complexidade envolvida nas disputas políticas e ideológicas que perpassaram o século XX. A historiografia brasileira ainda é carente de estudos que apontem de que maneira as instituições do Estado agiram no combate ao comunismo, sendo necessário ainda ultrapassar o conhecimento obtido com base nas próprias memórias e produções intelectuais institucionais “sacralizantes” que, em geral, buscam enfatizar seu caráter de guardiãs da democracia.

Tomando a obra de Cervo e Bueno como representativa do estado da arte da historiografia das relações internacionais no Brasil, percebemos que a atuação de Itamaraty em vista da “ameaça comunista” ao longo do século XX é apenas tangenciada e é tratada primordialmente a partir dos anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, período marcado pela bipolarização do sistema internacional entre Estados Unidos - União Soviética e sua decorrente confrontação político-ideológica. A guerra fria, momento a partir do qual o comunismo rompeu o isolamento da União Soviética e tornou-se, de fato, uma força planetária, produziu a intensificação do anticomunismo na sociedade e no Estado norte americano, que empenhou o peso de seu poder e sua riqueza na sustentação dos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material. O desconforto e o medo provocados pela irradiação do “perigo vermelho”, associado ao receio de que América Latina escapasse a sua órbita de influência a partir do exemplo cubano, tiveram implicações nas relações exteriores dos EUA no sentido de buscar nos países vizinhos apoio para um esforço comum de contenção do comunismo no hemisfério, o que resultou em ações como a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência recíproca (TIAR), a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a realização das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Estes eventos ganharam destaque na historiografia das relações internacionais do Brasil, pois foram momentos importantes nos quais a diplomacia brasileira adotou argumentos liberais de mobilização anticomunista²⁴, tendo em vista obter a cooperação econômica do parceiro do Norte, a fim de formar um bloco econômico que integrasse esforços para a defesa política do hemisfério e do desenvolvimento capitalista. Entretanto, é preciso lembrar que no Brasil o

²⁴ Os liberais recusavam o comunismo por entender que ele atentava contra o liberalismo político e econômico, por um lado sufocando a liberdade e colocando em prática o autoritarismo político e, por outro lado, destruindo o direito a propriedade através da estatização dos bens particulares.

anticomunismo resultou da interação de três matrizes básicas: o cristianismo, mais precisamente o catolicismo; o nacionalismo e o liberalismo, sendo que este último foi o que encontrou acolhida menos entusiástica. Aqui, os valores religiosos católicos constituíram-se a base principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posições secundárias, ainda que os argumentos das três “matrizes doutrinárias” aparecessem frequentemente combinados ou mesclados.²⁵

Tanto a retórica de condenação do comunismo internacional, reverberada pela diplomacia brasileira nas reuniões internacionais mencionadas, como a retórica de independência ideológica em relação aos países que adotaram orientação socialista, podem ser percebidas como estratégias para obter, simultaneamente, investimentos financeiros norte americanos que viabilizassem o desenvolvimento e a ampliação dos mercados junto aos países do bloco socialista. O que se percebe através da obra de Cervo e Bueno é que a historiografia das relações internacionais dá ênfase ao caráter economicista e desenvolvimentista dos encontros e acordos de cooperação interamericana que se sucederam a partir do fim dos anos 1940 e ao longo das décadas de 1950 e 1960, e procura demonstrar que a aproximação comercial e diplomática com países socialistas não implicava simpatia ou mesmo tolerância ideológica, cabendo ainda a ressalva de que as eventuais infiltrações provenientes dessa aproximação poderiam ser contidas com medidas de ordem “interna”. Ou seja, o Itamaraty aparece como instituição que atuou de forma pragmática no cenário internacional, em favor dos interesses financeiros do país e sem “preconceitos” ideológicos.²⁶ Entretanto, isso não significa que, de fato, não estivesse envolvido nas políticas de Estado voltadas para o combate ao comunismo em seu território.

À medida que o anticomunismo se fortalecia e ganhava novos adeptos no seio da sociedade brasileira, ia ensejando a constituição de um imaginário próprio, povoado por um arsenal de imagens e expressões dedicadas a representar os comunistas e o comunismo como um mal que deveria ser extirpado. A maioria das representações construídas pelos inimigos do “perigo vermelho” podem ser agrupadas em quatro conjuntos que denotam as características maléficas associadas aos comunistas: 1) demonização das suas ações; 2) semelhança com agentes patológicos infecciosos; 3)

²⁵ PATTO, Rodrigo. *Op. cit.*, p. 16-46.

²⁶ BUENO, Clodoaldo & CERVO, Amado. *Op. Cit.*

amoralidade ou imoralidade; 4) ameaça estrangeira.²⁷ Todas essas temáticas deram origem a um amplo arco de representações e tiveram um importante papel nas mobilizações anticomunistas, mas aqui iremos nos restringir apenas às representações do comunismo como “corpo estranho” infiltrado no Brasil por agentes estrangeiros, pois vemos aí um indício de que a defesa da segurança nacional no plano interno contra a ameaça representada por esses agressores estrangeiros fazia parte da agenda do Itamaraty, instituição que ao longo de sua trajetória tem assumido um papel cada vez mais importante na formulação e condução da política externa brasileira e na tomada de decisões na arena internacional.²⁸ Isto nos remete questão da relação entre a política interna do Estado e os relacionamentos que este mantém com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional, tema de destaque no contexto da renovação da história política e diplomática, como comentamos no início deste capítulo, e que proporcionou uma aproximação bastante fecunda dos historiadores que participaram destas discussões com o campo de estudo das relações internacionais contemporâneas, onde também se intensificavam os debates sobre a relação entre o que se passava do lado de dentro e o ambiente internacional e entre as escolhas da política interna e as que estavam supostamente ligadas aos assuntos externos. Uma das primeiras questões levantadas nesse debate referia-se ao grau de autonomia e distinção de uma esfera política externa, propriamente dita. A resposta variou muito com o tempo, entretanto, ao longo das duas ou três últimas décadas, a história e a ciência política,

²⁷ PATTO, Rodrigo. *Op. cit.*, p.47-69.

²⁸ Segundo a tese de Zairo Cheibub, a posição central do Itamaraty na arena decisória da política externa brasileira é resultado de um longo processo histórico, cuja principal tendência é a crescente burocratização e institucionalização desse ministério, que a partir de uma perspectiva weberiana implica a gradativa aquisição de um conjunto de atributos, dentre os quais destacam-se: distribuição dos serviços definidos por leis e regulamentos; uma hierarquia de funções; a separação completa entre a função e o homem que a ocupa; proteção dos funcionários no exercício de suas funções; recrutamento através de concursos ou exames; remuneração regular do funcionário na forma de um salário fixo e a possibilidade de promoção segundo critérios objetivos e, em geral baseados no mérito, eliminando, assim, a margem de arbítrio da autoridade. Este processo de burocratização e institucionalização fez com que o Itamaraty tenha seu poder político aumentado face a outras instituições da política externa brasileira, tais como as Forças Armadas e os setores econômicos, uma vez que nenhuma outra apresenta um grau de institucionalização similar, com exceção do Exército. Ver CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomatas e política externa: diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Rio de Janeiro, tese de Mestrado em Ciências Políticas apresentada ao IUPERJ, 1984, p. 01-03; e GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*.

tanto quanto a prática e a reflexão dos detentores do poder,²⁹ avançaram no sentido da derrubada de barreiras e do abandono de conceitos rígidos, segundo os quais, havia uma diferença de natureza entre os “assuntos de fora” e os de “dentro”.³⁰ Para os fins desta pesquisa, adotaremos a concepção do historiador Jean Baptiste Duroselle, segundo o qual, ainda que estejam intrinsecamente relacionados, é necessário admitir a existência de uma sutil distinção entre a esfera da política interna e a esfera da política externa. O autor argumenta que, se por um lado, existem numerosos atos de “política interna pura”, por outro lado não há nenhum ato de política externa que não esteja atrelado a algum aspecto de política interna. Assim, não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre “interior” e “exterior”, mas interações entre um e outro, ainda que com uma legítima primazia do primeiro sobre o segundo.³¹

Os comunistas eram, antes de tudo, inimigos da pátria e essa idéia, veiculada através das imagens e do vocabulário que os associava a figura de estrangeiros, alienígenas, portadores das “idéias malditas”, traidores do Brasil em defesa da URSS, nos remete a outra matriz do anticomunismo no Brasil, o nacionalismo.³² Segundo Patto, os militares foram bastante receptivos ao anticomunismo de inspiração nacionalista, e isso se explica por características peculiares à instituição, pois na qualidade constitucional historicamente adquirida de garantidores da ordem consideravam seu papel preservar a integridade nacional e a ordem interna contra a insurgência de grupos que ameaçassem o *status quo* da sociedade, a disciplina e a hierarquia das instituições estatais.³³ Entretanto, este não era um atributo exclusivo da caserna. Para isso, iremos voltar ao século XV e pensar o processo de formação dos Estados Nacionais na Europa e a sua posterior influência nos Estados que começaram a se formar no século XIX, dentre eles o Brasil.

²⁹ Ver KISSINGER, Henry A. Domestic Structure and Foreign Policy. *Daedalus*, spring 1966, p. 503-529.

³⁰ Este processo não ocorreu, entretanto, sem veemente resistência no sentido de marcar a distinção entre estes dois níveis da política, sendo exemplo disso os seguintes trabalhos: VERNANT, Jacques. Le conditionnements internes de la politique étrangère. In: HAMON, Léo (Org.). *La élaboration de la politique étrangère*. Paris: PUF, 1969; ARON, Raymond. *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Lévy, 1962.

³¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout Empire périra*. Une vision Théorique des relations internationales. 2 ed. Paris: Sorbonne, 1982.

³² *Idem*, p. 55-62.

³³ PATO, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 36-37.

Grande parte da literatura sobre a formação dos Estados Nacionais europeus enfatiza a participação da instituição militar neste processo, concentrando-se, sobretudo, na contribuição dos Exércitos no processo de construção nacional, na evolução dos métodos de guerra e no desenvolvimento da profissão de soldado na Europa. Isso tem conduzido a uma subestimação do papel desempenhado pela diplomacia, atividade que se desenvolveu em correlação e em complementação à ação militar. É durante o século XV, concomitante ao processo de formação dos Estados Nacionais, que se inicia na Europa uma série de transformações que resultam na criação e consolidação das principais instituições que hoje caracterizam a diplomacia bem como a preponderância desta atividade no estabelecimento das relações entre as nações, pois ainda que a consolidação dos Estados europeus tenha ocorrido basicamente pela guerra, os conflitos ininterruptos implicavam o risco da exaustão dos recursos já acumulados tornando-se necessário complementar o trabalho dos soldados com o de uma instituição que atuasse paralelamente no sentido de evitar a ameaça da guerra constante. Esta nova instituição que tomou a forma da diplomacia permanente era uma continuação da guerra por meios políticos e foi sendo absorvida pelas nações recém criadas na medida em que fomentava o crescimento e a consolidação dos Estados Nacionais. Soldados e Diplomatas estavam, portanto, vinculados entre si no cumprimento de suas funções, que consistiam basicamente em servir à preservação e engrandecimento do seu próprio Estado, sendo que os primeiros o faziam através da guerra e os outros no sentido de evitá-la. Esta vinculação fez com que a organização do serviço diplomático se processasse nos moldes do serviço militar, principalmente no que concerne à disciplina e à hierarquia comuns aos serviços estatais que lidam com segredos relativos à sobrevivência e soberania do Estado. Portanto, o processo histórico mais amplo de construção dos Estados Nacionais na Europa teve uma dupla interação com a diplomacia: por um lado, ele moldou e condicionou a evolução dos métodos diplomáticos, enquanto a diplomacia, por sua vez, contribuiu para o fortalecimento do processo de consolidação dos Estados Nacionais.³⁴

Consolidado o Sistema Europeu, a diplomacia passou ao primeiro plano no cenário da política internacional e já durante o século XIX, no desenrolar do processo de formação dos novos Estados Nacionais, deixou de ser um complemento da guerra para assumir a tarefa de estabelecer um equilíbrio de poder com vistas a evitar a guerra

³⁴ CHEIBUB, Zairo Borges; *Op. cit.*, p. 26-28

generalizada e garantir a salvaguarda do sistema internacional. Se no caso dos antigos Estados europeus a soberania havia sido conquistada por guerras e por elas consolidada sem que se colocasse, inicialmente, o problema do reconhecimento por forças externas ou internas, nos novos países a primeira questão importante passava a ser o reconhecimento internacional do seu direito de existência, conseguido através de complicadas negociações diplomáticas.³⁵ Cheibub adverte que ao analisar a formação dos novos Estados que começaram a surgir no século XIX, a ênfase nas guerras e, conseqüentemente, nos exércitos como elementos centrais na construção do Estado Nacional não seria muito adequada, uma vez que um dos efeitos da consolidação do sistema internacional europeu foi o de limitar as oportunidades de se guerrear e, por outro lado, institucionalizar o serviço diplomático permanente como principal mecanismo de fortalecimento internacional dos Estados nascentes. Mas ainda assim, mesmo nos novos Estado Nação manteve-se uma estreita vinculação da atividade diplomática com a atividade militar, que no Brasil, por exemplo, tiveram um desenvolvimento institucional bastante semelhante.

Tendo em vista essa noção de complementaridade entre as atividades desenvolvidas pelas instituições militares e pela instituição diplomática, além dos diversos traços comuns entre as duas carreiras, especialmente em termos de disciplina e hierarquia, percebemos que para além dos argumentos liberais explorados pela historiografia das relações internacionais ao se referir a atuação do Itamaraty na questão do comunismo, é importante ainda especular a receptividade e sensibilidade da diplomacia brasileira ao nacionalismo anticomunismo, campo no qual destacaram-se os membros das Forças Armadas especialmente após o levante de 1935.³⁶

Entre as décadas de 1930 e 1940, a prevenção contra os estrangeiros foi mais intensa que nas ondas anticomunistas seguintes, pois coincidiu com a ocorrência de uma forte corrente imigratória que iria compor as classes trabalhadoras urbanas nas grandes cidades brasileiras e integrar o Partido Comunista, fundado em 1922. À medida que essas correntes foram se misturando à população o argumento de que os revolucionários eram imigrantes estrangeiros desajustados deixou de ser um fator de insegurança e caiu

³⁵ *Idem.*

³⁶ A partir de 1936 e nas décadas seguintes, a vitória sobre a “Intentona Comunista” entrou para o calendário cívico das Forças Armadas, passando a ser comemorado anualmente nos quartéis como uma data para recordar a “traição”.

em desuso. Entretanto, permaneceram as denúncias de que os comunistas agiam no Brasil em benefício dos interesses do imperialismo soviético e que suas ações eram equivalentes a uma agressão externa contra o Brasil.

Dos anos 1930 aos anos 1980, o comunismo foi assinalado como o “inimigo nº 1” da nação na agenda de segurança nacional e por isso tornou-se uma das prioridades da polícia política, uma especialização das atividades policiais que se constituiu no Brasil desde 1933, com a função de prevenir e reprimir indivíduos, grupos, associações e movimentos que pudessem atentar contra a ordem do regime político vigente e a estabilidade das elites dominantes. Ao longo deste período o Estado brasileiro aprimorou suas instituições no sentido de promover uma maior centralização dos poderes ainda dispersos entre as oligarquias regionais desde a proclamação da República e a este esforço correspondeu igualmente a centralização do aparelho repressivo.

Estas mudanças se fizeram notar de maneira mais contundente com a vitória da Aliança Liberal em 1930 e a implementação de um governo personificado na figura de Getúlio Vargas,³⁷ pois além da repressão profilática imediatamente desencadeada pelo aparato policial contra vários segmentos da população, Vargas iniciou um completo e minucioso reaparelhamento da polícia. Já naquele ano, o chefe de polícia do Distrito

³⁷ O Governo Provisório, instituído a partir da vitória do movimento revolucionário deflagrado em outubro de 1930, adquiriu configuração legal em 11 de novembro através de decreto assinado por Vargas. Pelo decreto, ficavam dissolvidos o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e câmaras municipais, e Vargas passava a assumir plenos poderes para governar o país. Segundo o decreto, essa situação excepcional deveria perdurar até a eleição de uma assembleia constituinte que estabeleceria uma nova organização jurídico-política para o país, em substituição à Constituição de 1891. Foi também instituído um órgão de justiça revolucionária, o Tribunal Especial, com a finalidade de apurar irregularidades e atos de corrupção praticados sob o governo Washington Luís. Vargas nomeou interventores federais em todos os estados com exceção de Minas, onde foi mantido o presidente estadual Olegário Maciel. Com exceção ainda do Rio Grande do Sul e Pernambuco, onde líderes revolucionários locais, José Antônio Flores da Cunha e Carlos de Lima Cavalcanti, assumiram o governo, a maioria dos estados passou a ser governada por “tenentes”. Em 15 de novembro de 1933, reuniu-se pela primeira vez no palácio Tiradentes a Assembleia Constituinte, constituída de 214 representantes, eleitos nos termos da lei, entre os quais 40 deputados chamados classistas, representantes de diversas profissões organizadas, 18 empregados, 17 empregadores, três profissionais liberais e dois funcionários públicos. Em 16 de novembro, foi formada a Comissão Constitucional da Assembleia, encarregada de examinar o anteprojeto governamental e as emendas a ele apresentadas nas sessões plenárias. A Comissão dos 26, tal como ficou conhecida, foi integrada por um representante de cada bancada estadual e de cada grupo profissional, sob a presidência do deputado gaúcho Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. A votação começou em 7 de maio de 1934, terminando nos primeiros dias de junho. O texto constitucional foi submetido à aprovação final da Assembleia no dia 9 de julho, sendo promulgado na sessão de 16 de julho de 1934. Em 20 de julho, Vargas assumiu o novo mandato presidencial, agora constitucional, perante a Assembleia reunida no palácio Tiradentes.

Federal, Batista Luzardo, juntamente com os dos demais estados, não deram trégua ao comunismo reprimindo-o de maneira notadamente mais enérgica do que durante o governo de Washington Luís (1926-1930).³⁸ Em julho de 1934, poucos dias antes de assumir seu novo mandato presidencial, desta vez sob os termos da constituição promulgada naquele mesmo ano, Vargas implementou uma ampla e importante reestruturação policial a partir da assinatura do decreto n. 24.531,³⁹ que conferiu à polícia do Distrito Federal os meios legais que lhe permitiriam estender seus critérios e métodos de ação e repressão para todo o país.⁴⁰

Logo após as ações comunistas de novembro de 1935, Vargas convocou seus ministros de Estado e a cúpula do governo para uma reunião a fim de discutir o aprimoramento e unificação da ação governamental no terreno da repressão anticomunista. Foram definidas as reformas institucionais a serem solicitadas ao Congresso no intuito de dotar o Executivo de mais poderes que viabilizassem o trabalho de vigilância, controle e repressão aos antagonistas do governo. Em primeiro lugar, o governo propôs um projeto que alterava a Lei de Segurança Nacional com a intenção de torná-la mais rigorosa em termos punitivos e mais ágil quanto à tramitação processual. O segundo conjunto de medidas visava à reforma da própria constituição, e propunha 3 emendas ao texto constitucional. A emenda número 1 permitia ao Executivo, mediante prévia autorização do Congresso, equiparar o Estado de Sítio ao Estado de Guerra, a emenda número 2 possibilitava excluir das Forças Armadas os militares tidos como comunistas, e a emenda número 3 permitia exonerar sumariamente funcionários públicos civis. Em 25 de novembro foi decretado o Estado de sítio e em meados de dezembro as emendas constitucionais e as reformas na Lei de Segurança Nacional foram aprovadas pelos parlamentares. Como consequência da crescente onda anticomunista que ia se alastrando por diferentes setores sociais através do governo e da imprensa, em julho de 1936 foi proposta a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), instrumento especialmente concebido para julgar os revolucionários de 1935 por juízes diretamente indicados pelo presidente da República, e fruto da desconfiança dos setores anticomunistas em relação à justiça comum. Outra iniciativa visando aperfeiçoar

³⁸ Ver: DULLES, J. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 365.

³⁹ Decreto n. 24.531, de 2 de julho de 1934.

⁴⁰ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora UnB, 1994, p. 60.

o trabalho de repressão e coordenar as ações isoladas de combate ao comunismo se deu com a realização do Congresso das Polícias, em outubro de 1936. Na ausência de um organismo policial de âmbito nacional, o evento foi comandado pelo chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Muller, e reuniu os chefes de polícia estaduais no intuito de aproximar as autoridades para obter a cooperação mútua.⁴¹

Utilizando-se da polícia, o Estado moderno procurou gerenciar a prática e o imaginário político dos grupos subalternos através de um amplo aparato regulador da vida social composto por instituições judiciais, políticas, legais e penais articuladas entre si e com suas congêneres internacionais.⁴² Alguns trabalhos já apontam a existência, pelo menos desde os anos 1940, de uma rede internacional de relações policiais que visava interligar as polícias para promover a integração, o intercâmbio e a cooperação internacional especialmente entre as polícias políticas, a fim de que colaborassem com o esforço anticomunista no hemisfério ocidental. Através desta rede estabeleceram-se trocas rotineiras de informações, envio de instrutores e profissionais especializados em inteligência, além de propostas de acordos multilaterais e de trabalhos conjuntos na área de prevenção e repressão contra a ordem política e social no continente.

Concomitantemente a exponencial centralização do poder em torno do Executivo, o Estado elaborava um conjunto de normas que atribuía à polícia poderes ilimitados em suas ações internas e, através dela estendia suas possibilidades de estabelecer ligações internacionais com a “comunidade repressiva mundial” a fim de proteger a nação da conspiração de agentes inimigos internacionais. Isso ocasionou o estabelecimento de uma série de acordos internacionais visando, especificamente, o combate ao comunismo, além da troca informal de informações entre as polícias de vários países.

Parte da historiografia que analisa o anticomunismo e a atuação da polícia política no seu combate nos dá alguns apontamentos acerca do papel da diplomacia brasileira na dinâmica dessa rede de informações que se estabeleceu entre as polícias de vários países, especialmente os trabalhos de Elizabeth Canceli, Rodrigo Patto e João

⁴¹ PATTO, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 202-208.

⁴² REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 24.

Henrique Botteri Negrão. Através da pesquisa à documentação diplomática estes autores pontuaram que a luta do governo brasileiro contra o comunismo se estendeu para além das fronteiras nacionais por intermédio de seus representantes diplomáticos no exterior, e que muitas vezes as embaixadas brasileiras funcionavam como centros de informações dos órgãos políticos e policiais, mantendo as autoridades a par da mobilização de comunistas notórios e seus familiares através, por exemplo, da troca de informações com os serviços de informações estrangeiros ou mesmo através de atividades secretas de espionagem. Estes trabalhos chamam atenção ainda para o fato de ter competido ao Itamaraty a triagem ideológica dos elementos que pleiteavam adentrar em solo brasileiro, bem como a vigilância aos brasileiros exilados no exterior, questões fundamentais para compreender de maneira mais abrangente as bases do autoritarismo, mas ainda pouco exploradas pela historiografia que trata do tema da repressão ao comunismo no Brasil. Ainda não existe nenhum trabalho sistemático que dê ênfase à atuação do Itamaraty nesta batalha, ou ainda, que analise de que maneira a instituição foi acionada pelo Estado brasileiro para combater o mal para além das suas fronteiras territoriais.

Malgrado os esforços encetados por analistas integrantes e ex-integrantes da carreira diplomática, além de analistas externos, com vistas a consolidar uma prática discursiva e memorialística que caracteriza o Itamaraty e seu corpo funcional pela independência e distanciamento em relação a querelas partidárias e ideológicas, neste capítulo iremos analisar os documentos ostensivos (atas de reuniões e relatórios) e os documentos reservados e sigilosos produzidos no âmbito do Ministério das Relações Exteriores por ocasião dos encontros nos quais foram firmados convênios internacionais entre as polícias sul-americanas tendo em vista a defesa conjunta do continente Sul Americano, contra a crescente expansão da propaganda comunista em todo o mundo.

Iremos analisar também a documentação e as atas produzidas por ocasião das reuniões realizadas entre os Estados Americanos na primeira metade do século XX, logo após o fim da II Guerra Mundial, que tinham em vista o melhoramento e fortalecimento de suas relações jurídicas, bem como a resolução pacífica das controvérsias e a consolidação da paz entre eles através do estabelecimento de termos de cooperação policial no combate a inimigos internacionais. Selecionamos os encontros que tiveram entre seus objetivos principais o estabelecimento de medidas

visando à contenção da ameaça comunista que rondava a América Latina, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro em 1947; a Criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá no ano de 1948; e as reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, especialmente a primeira, realizada no Panamá (1939), a segunda, realizada em Havana (1940), e a quarta, realizada em Washington (1951). O objetivo é demonstrar que a imagem de homogeneidade e estabilidade veiculada através da produção discursiva, intelectual e memorialística da diplomacia brasileira contrapõe-se uma realidade conflitante e dinâmica, e que este discurso que visa desvincular o corpo diplomático do engajamento político e ideológico consiste em uma construção forjada que, por si só, representa uma posição política com conseqüências práticas nos jogos de poder dos quais procura se desvincular, mesmo que, por vezes, participe ativamente.